

PROJETOS QUE SÃO OS MAIORES ATAQUES AO SERVIDOR PÚBLICO

Existem pelo menos seis projetos de lei em tramitação acelerada no Congresso Nacional que miram direitos dos servidores públicos. São eles:

DEMISSÕES

O **Projeto de Lei Complementar 248/98**, regulamenta o item da Emenda Constitucional nº 19, que prevê o fim da estabilidade do servidor público. Estabelece como será a demissão de servidores por desempenho “insuficiente”. Aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, o projeto, que já passou pelo Senado, vai agora ser apreciado no plenário da Casa.

Os servidores serão avaliados nos quesitos produtividade, cumprimento de normas de conduta, assiduidade e pontualidade. A avaliação anual ficará a cargo de uma comissão composta por quatro pessoas, entre elas o chefe imediato do servidor. Após a primeira avaliação negativa, o funcionário é submetido a um processo de capacitação. Caso seja reprovado em uma segunda avaliação consecutiva, ou em três de cinco avaliações, é instaurado processo administrativo para demissão. Este projeto abre caminho para a perseguição pelas chefias aos servidores, inclusive das carreiras exclusivas de Estado.

SALÁRIOS CONGELADOS

O **Projeto de Lei Complementar 01/07**, do PAC, restringe as despesas com pessoal por parte da União (logo, estados e municípios). Na prática, congela os salários por dez anos.

PRIVATIZAÇÃO

O **PLP 92/07** autoriza a criação de “fundações estatais de direito privado” para contratação de servidores pela CLT. Encontra-se na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e está para ser votado.

APOSENTADORIA

O **PL 1.992/07** institui a previdência complementar para os servidores públicos e põe fim, para os futuros servidores, à paridade e à integralidade da aposentadoria. O projeto joga nas mãos dos bancos privados o “mercado” da seguridade do funcionalismo. O governo também tenta aprovar uma terceira etapa da “reforma” da Previdência. O Fórum Nacional da Previdência, criado com esse objetivo pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já concluiu o relatório final.

DIREITO DE GREVE

Projeto de Lei da deputada federal Rita Camata (PMDB/ES), cerceia este direito. O **PL 4.497/01** encontra-se para ser votado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Já, o STF decidiu, no dia 25/10/07, que a greve nos serviços públicos deve seguir as regras do setor privado (Lei 7.783/89).

PRECATÓRIOS

A Proposta de **Emenda Constitucional 12/06** retira o caráter alimentar dos precatórios dos servidores, limita os recursos orçamentários para pagamento de tais dívidas e institui os leilões para venda de precatórios por menos da metade do valor de face.